

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

LIDIANE DA SILVA AMARAL

O AUTISMO E A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PRECOCE

**Aracaju – SE
2023.1**

LIDIANE DA SILVA AMARAL

O AUTISMO E A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PRECOCE

**Artigo científico apresentado à
Sociedade de Ensino Superior
Amadeus, como requisito final para
obtenção do Grau de Licenciatura em
Pedagogia.**

Orientadora: Msc .Carla Daniela Kohn

**Aracaju – SE
2023.1**

A485a Amaral, Lidiane da Silva
O autismo e a intervenção precoce / Lidiane da Silva Amaral ; orientação [de] Prof.^a Me. Carla Daniela Kohn. – Aracaju : FAMA, 2023.

21 f.

Artigo científico apresentado como requisito para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia – Faculdade Amadeus

Inclui bibliografia.

1. Autismo. 2. Crianças. 3. Intervenção pedagógica. I. Kohn, Carla Daniela (orient.). II. Faculdade FAMA. III. Título.

CDU: 376-053.2

Artigo científico apresentado à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Coordenador do Curso Msc. Williams dos Santos

Orientadora Msc. Carla Daniela Kohn

Avaliadora Dr^a Tâmara Regina Reis Sales

Avaliadora Especialista Maria Cristina Santana dos Santos

Avaliação Final: _____

Aprovada em: Aracaju ____ / ____ / ____

O AUTISMO E A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PRECOCE

Lidiane da Silva Amaral¹

RESUMO

A pesquisa presente teve como objetivo analisar de forma funcional o autismo e a importância da intervenção pedagógica precoce, estruturando em três linhas de compreensão: legislação do autismo, fundamentações sobre o autismo e concepções docentes sobre intervenções e estratégia de ensino para o desenvolvimento escolar de crianças TEA na primeira infância. Dentro desse contexto questionou-se qual a importância da intervenção pedagógica precoce para crianças autistas. Desse modo, foi adotada a pesquisa bibliográfica apoiada em autores como Oliveira, Tomaz e Silva (2021), Ferreira (2018), dentre outros. Os dados levantados proporcionaram a compreensão sobre a importância das intervenções pedagógicas precoces para as crianças com autismo no âmbito escolar na primeira infância e na utilização de metodologias que agem como facilitadores do processo de inclusão, resultando em um avanço significativo nas habilidades adquiridas na primeira infância, que são pré-requisitos para a vida diária, tendo em vista a comunicação e autonomia em âmbitos pontuais pedagógicos como alfabetização e letramento.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Crianças. Intervenção Pedagógica.

ABSTRACT

This research aimed to functionally analyze autism and the importance of early pedagogical intervention, structuring it in three lines of understanding: autism legislation, foundations on autism and teaching conceptions about interventions and teaching strategies for the school development of children TEA in early childhood. Within this context, it was questioned what the importance of early pedagogical intervention for autistic children is. Thus, the bibliographical research supported by authors such as Oliveira, Tomaz and Silva (2021), Ferreira (2018), among others, was adopted. The collected data provided an understanding of the importance of early pedagogical interventions for children with autism in the early childhood school environment and the use of methodologies that act as facilitators of the inclusion process, resulting in a significant advance in the skills acquired in early childhood, which are prerequisites for daily life, with a view to communication and autonomy in specific pedagogical areas such as literacy.

KEYWORDS: Autism. Children. Pedagogical Intervention.

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus- e-mail: m.d.cat@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade onde cada dia se faz exigências de um padrão característico bem específico, com fatores deterministas, que tem por objetivo a

imposição de que todos os seres sejam iguais. Ignorando que uma sociedade seja formada por grupos distintos. Somos únicos, diferentes e mutáveis. “Ignorar a diversidade é tão ruim quanto olhar para o que consideramos diferente do padrão imposto como sendo algo menor, inferior.” (FERREIRA, 2018, p.8).

Dentre tantas diversidades, existe o TEA (transtorno do espectro autista). De acordo com Stilpen (2017) as crianças com autismo apresentam características como: isolamento social, prejuízos na fala e comunicação e linguagem receptiva e expressiva, déficit na autonomia, controle inibitório com prejuízos significativos, presença de ecolalia (repetição vocal), dificuldade em compreender a função de um brinquedo, distúrbios sensoriais (como intolerância a sons e ruídos altos, parece não ouvir quando chamado, seletividade alimentar entre outros). Apresentam também comportamentos irregulares e ou inadequados, disruptivos, fazem movimentos estereotipados com as mãos e corpo, andam nas pontas dos pés, necessitam de rigidez em rotinas, choram sem motivo aparente e apresentam maior irritabilidade.

A legislação Brasileira, nos artigos 205 e 208 da constituição de 1988, asseguram que todos têm direito a educação e que a pessoa com deficiência tem direitos assegurados a uma educação especializada que é um dever do Estado e das escolas particulares. Entretanto, encontramos um enorme desafio ao falar em educação inclusiva, uma vez que fazemos parte de um sistema educacional ineficiente e que por muitas vezes fecha os olhos para o que de fato se deve fazer, que prioriza criar uma mão de obra que atenda às necessidades dos sistemas políticos e sociais, extremamente capitalista.

Desse modo, para que essa inclusão escolar aconteça são necessárias mudanças significativas na sociedade em que vivemos, o novo deve nos causar entusiasmo, busca por conhecimento, não exclusão e segregação, que é o que acabamos vendo no meio da educação, onde são encontradas diversas dificuldades para que os pais de crianças autistas não as matriculem, ou recebam uma educação “maquiada”.

As escolas têm uma ideia contraditória e defasada de inclusão, e acreditam que aceitar matrícula, disponibilizar ambiente, carteira, colocá-lo em uma sala de aula regular é incluir, quando na verdade isso é apenas um direito a ser cumprido. Logo que na verdade o papel da escola vai além dessa realidade, mas nem todos estão aptos e dispostos a inclusão escolar, que depende de uma série de condições da

escola, de seus profissionais, inclusive formação específica, no aspecto das práticas inclusivas e aplicáveis, para que se obtenha sucesso da inclusão.

Todavia, esta pesquisa traz a necessidade e importância de mostrar a todos os professores, educadores e a sociedade como um todo, que a inclusão se faz a partir da empatia, não apenas como cumprimento da lei, e sim respeitando o fato de que nós somos seres únicos e individuais, que mesmo com dificuldades, somos capazes. O primeiro passo é a aceitação e respeito ao outro, o segundo passo é buscar o conhecimento em prol do que se tem na sala de aula, a formação continuada é essencial neste processo, logo que apenas acolher não é suficiente, precisamos de educadores, não de apoiadores.

Neste contexto, esse estudo foi desenvolvido a partir da observação crescente de crianças com TEA na escola e da necessidade de intervenções pedagógicas precoces, com profissionais qualificados na educação, para o desenvolvimento das crianças autistas, uma vez que, a educação de boa qualidade é um direito de todos.

Assim sendo, o presente artigo tem o objetivo geral de analisar de forma funcional o autismo e a importância da intervenção pedagógica precoce. Em seus objetivos específicos, busca conhecer o transtorno do espectro autista, suas características e comportamentos, além de averiguar o papel da escola na inclusão da criança autista e apresentar a ciência e métodos de trabalhos dos professores com a criança autista.

E se tratando do percurso metodológico, optou-se, para condução dessa pesquisa de abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica, apoiada e embasada em autores como Oliveira, Tomaz e Silva (2021), Ferreira (2018), dentre outros.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA -TEA

2.1 Histórico, Etiologia e diagnóstico

O termo autismo foi caracterizado por Bleugen (1911) como, uma condição em que os indivíduos não mantêm contato com a realidade e com dificuldade ou impossibilidade de comunicação. De acordo com Kanner (1943, apud, Leboyer,1995, p.9), foi denominado que são:

autistas as crianças que têm uma certa inépcia para estabelecer relações normais e emocionais com o outro, além de apresentar um

determinado atraso na fala, não atingindo o grau adequado da linguagem para sua faixa etária e, durante seu desenvolvimento, a criança não está apta a comunicar-se de forma precisa.

Já em 1944, Hans Asperger publicou casos parecidos com os descritos por Kanner, porém denominou como Psicopatia Autística ou Síndrome de Asperger, onde pôde analisar que as crianças possuíam uma síndrome, porém seu cognitivo era preservado. TEA significa Transtorno do Espectro Autista e recebe esse nome pela variabilidade de características predominantes entre os níveis do transtorno, chamados de suporte 1, 2 e 3, que remetem à necessidade do aumento ou diminuição do apoio substancial que os indivíduos necessitam. “Autismo é uma palavra de origem grega (autós), que significa por si mesmo. É um termo usado, dentro da psiquiatria para denominar comportamento humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo” (ORRÚ, 2012, p.17).

Com o passar do tempo, mas precisamente em 2004, foi classificado o DSM-IV (Manual de Doenças Mentais), que determina como TID (Transtorno Invasivos do Desenvolvimento), transtornos e síndromes que apresentam as características de comprometimento em aspecto de comunicação, interação social e de comportamento. Porém, na quinta edição DSM-V, lançada em 2013, o termo Transtorno do espectro do Autismo (TEA) foi introduzido, caracterizado por pessoas que apresentam alterações em aspectos comportamentais e da comunicação que afetam a interação social.

Segundo a Associação Americana de Psiquiatria — APA (2013) - (American Psychiatric Association), o autismo traz um prejuízo nas relações sociais, na comunicação e no comportamento. Suas características apresentam variação de como é manifestada e do grau de comprometimento, em cada indivíduo. “O termo “autismo” perpassou por diversas alterações ao longo do tempo, e atualmente é chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V)”. (APA, 2014, p.186).

Conforme Santos (2016, p.79), “De acordo com a nova versão dada ao termo outrora utilizado, o DSM-V, ressalva que, a classificação Transtornos Globais do Desenvolvimento sofreu alterações passando a ser denominado de Transtorno do Espectro Autista (TEA)”. Sua finalidade é fazer uma junção de todas as subdivisões que o antigo termo permitia existir e acoplar em um único grupo. Na prática clínica,

muitos profissionais não se baseavam nas diferenças entre os vários subtipos, mas sim utilizavam os graus de severidade do transtorno como principal critério.

No entanto, de acordo com o DSM-V-TR, termos como Asperger, autismo leve, moderado e severo, não são utilizados, uma vez que, com a chegada do CID11 o antigo Asperger está dentro o que engloba o autismo de suporte nível 1, e as demais características são destrinchadas e acomodadas no que se nomeia autismo de suporte nível 2 e autismo de suporte nível 3.

É preciso destacar que existe um grau que nivela a intensidade do transtorno do espectro autista. Este grau é que determina os fatores em detrimento da comunicação social que interferem nos padrões restritos e repetitivos de comportamentos comuns no autista e estes, também sofrem variações com o contexto, sendo que também oscilam com passar do tempo.

Segundo Bó (2019, p.15), “é importante ressaltar que a comunicação social, a gravidade é dividida em três níveis”. Neste sentido, o autor faz um apanhado, mediante informações do DSM – V, onde afirma que o TEA se classifica em:

O nível 3 refere-se ao sujeito que “exige apoio muito substancial”, apresentando déficits graves na comunicação verbal e não verbal causando prejuízos graves de funcionamento. Neste nível encontram-se sujeitos com fala ininteligível de poucas palavras e que raramente inicia interação. O Nível 2 refere-se ao sujeito que “exige apoio substancial”, apresenta déficits na comunicação verbal e não verbal causando prejuízos sociais. Neste nível encontram-se sujeitos que falam frases simples com acentuada alteração da comunicação não verbal. (BÓ, 2019,p.15)

Ainda de acordo Bó (2019), a criança que se encaixa no nível 1, apresenta que o indivíduo precisa de ajuda, porém, não sabe pedir. Ele apresenta déficits na comunicação e interação social além de não esboçar qualquer tipo de emoção. “Neste nível encontram-se os sujeitos que consegue falar frases completas, envolvem-se em situações dialógicas, porém apresentam falhas na conversação”. (BÓ, 2019, p. 17)

Parte daí a importância da medicação, muitas famílias optam por não medicar seus filhos autistas por receio. No entanto o uso da medicação pode contribuir para a aumento da atenção compartilhada e diminuição da agitação.

2.2 Características e comportamentos do Espectro do Autismo

Uma pessoa com TEA possui condição neurológica em que apresenta comprometimentos em algumas áreas específicas, caracterizada por prejuízos significativos na comunicação, no comportamento e na interação social, que se iniciam nos três primeiros anos de vida e que têm causas multifatoriais que podem ser detectadas. Para isso, é preciso conhecer melhor o mundo do TEA para que, através de um diagnóstico precoce, possa ter maiores veículos para atuar com essas crianças de modo que elas cheguem na idade escolar com mais confiança e menos resistência às mudanças. Para tanto, tem-se em Gaiato, Teixeira (2018, p. 45) que afirmam:

o autismo ou transtorno do espectro autista é uma condição comportamental onde a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social, dificuldades na comunicação, alteração na cognição e presença de movimentos estereotipados, apresentando atraso no marco do desenvolvimento dessas habilidades e essas características aparecem na primeira etapa de vida, ou seja, na infância.

A pessoa com autismo pode ser identificada por demonstrar uma aparência angelical e harmoniosa. Contudo, também apresenta um perfil bastante assimétrico de evolução comportamental, porém, com um equilíbrio de conduta em algumas áreas enquanto outras podem incorrer conflitos, uma vez que se trata dos comandos cerebrais. Segundo Oliveira, Tomaz e Silva (2021, p.17) uma das partes mais importantes do nosso corpo é o cérebro.

O funcionamento do nosso cérebro depende das conexões realizadas entre mais de 100 bilhões de neurônios existentes nele, a essas conexões damos o nome de sinapses, que podem ser entendidas como região de proximidade entre a extremidade de um neurônio e uma célula vizinha. É a troca de informações que determina a forma como recebemos, processamos e respondemos aos estímulos externos.

Nesse contexto entende-se que no cérebro do autista essas conexões fazem caminho diferente, é como se precisasse dar várias voltas para chegar ao mesmo lugar. Nesse caminho, algumas informações podem se perder ou serem interpretadas de forma errônea, causando confusões. Confusões estas que podem ser prejudiciais para o equilíbrio e saúde mental do indivíduo.

Segundo Chiote (2015), o autismo pode ser identificado por um conjunto de características, podendo ser vista entre elas as mais comuns. Para tanto, o autor exprime que o autista sofre sem ter noção coerente desse sentimento e isola-se por não conseguir manter um contato comutativo com o outro.

O isolamento, definido pela incapacidade acentuada de desenvolver relações interpessoais. É caracterizado por uma falta de reação aos outros e de interesses por eles. A criança com Autismo se demonstra indiferente a tudo que vem do exterior; b) Os distúrbios na linguagem verbal e não verbal, como o atraso na aquisição da fala e o seu uso não comunicativo. Algumas crianças não falam e outras apresentam ecolalia¹ (imediate ou diferida). A inversão pronominal ao falar de si mesma na terceira pessoa e a entonação desprovida de emoção produzem uma linguagem sem expressão e descontextualizada. A capacidade simbólica é ausente ou limitada, e as expressões gestuais ou mímicas não apresentam valor simbólico; c) A necessidade de imutabilidade resulta em uma resistência a mudanças e em comportamentos fixados, repetidos e estereotipados com apego exagerado a um objeto particular. O brincar é marcado pela repetição e rituais privados de espontaneidade e criatividade; d) A idade em que os sintomas surgem é até 30º mês, podendo a criança se desenvolver normalmente nos dois primeiros anos. Não há uma exatidão quanto ao período em que o Autismo surge. (CHIOTE, 2015, p.14)

Nesse contexto, as manifestações mais comuns podem acontecer desde os primeiros dias de vida, mas é mais comum o relato de que passou um período dentro da normalidade e depois passou a apresentar algumas características. A princípio uma criança mais sonolenta, excessivamente calma ou então chora durante prolongados períodos, um bebê que não gosta do colo ou rejeita o aconchego, que não imita, nem compartilha sentimentos, não consegue se comunicar com gestos, não procura contato ocular ou o mantém por pouco tempo.

Com o crescimento observa-se movimentos estereotipados, que podem ser movimentos repetitivos sem funcionalidades com as mãos ou corpo, fixação do olhar em objetos que façam movimentos circulares, dificuldade de comunicação e de socialização, podendo apresentar seletividade alimentar, comportamentos interferentes como: autolesão e agressividade.

2.3 O papel da escola na inclusão da criança autista

Historicamente, a escola caracterizou-se por uma visão de educação que ao idealizar um aluno considerado modelo, acabou por promover a exclusão daqueles que fogem aos padrões. Tal concepção legitimou-se por meio de políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. No atual contexto social, ainda se verifica a exclusão, mas essa concepção de escola vem se modificando com a

democratização do acesso e emergência da concepção de educação como direito de todos.

Nas últimas décadas muito tem sido discutido a respeito da constituição de um sistema educacional inclusivo, capaz de assegurar a crianças e jovens uma aprendizagem de qualidade. Contudo, não apenas no Brasil, mas todo o mundo defronta-se com o desafio de inclui-los e não apenas integrá-los na escola regular. “Diferentemente da integração que tem por finalidade a inclusão se traduz pela aceitação, valorização das diferenças, pelo respeito aos valores culturais.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.8-9).

Porém, no Brasil ainda é precária, por mais que existam leis, elas não são cumpridas corretamente, a maioria das escolas tem resistência em aceitar os alunos PcD (Pessoa com Deficiência) e quando aceitam não fazem o papel de inclusão e sim de exclusão, que é muito diferente.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início ainda no período Imperial, sob inspiração de experiências norte-americanas e europeias. Duas instituições foram criadas nessa época, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), atual Instituto Benjamin Constant - IBC, e o Instituto dos Meninos Surdos (1857) atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro (LEAR, 2004).

Na primeira metade do século XX, foram criados o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; a Sociedade Pestalozzi (1945), instituição especializada no atendimento educacional às pessoas com superdotação, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (1954) (LEAR, 2004).

Em suma, as instituições destacadas acima primavam pelo assistencialismo e tinham caráter privado, exceto o INES, instalado pelo poder público, após a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro – CESB (1957). Apesar de haver tantos anos já iniciado o processo desse atendimento, o sistema educativo ainda é falho, pois o professor sente-se obrigado em seguir o currículo determinado e homogêneo, que privilegia as crianças neurotípicas (pessoas que não possuem nenhum tipo de transtorno), excluindo as possibilidades de incluir as crianças autistas com as demais, em atividades simples, como atividades lúdicas, jogos, brincadeiras.

E tratando-se de Educação Especial, as políticas públicas direcionadas ao atendimento a crianças com TEA dentro da instituição educacional, precisam ser

melhor debatidas para que as famílias possam buscar o que lhes é de direito garantido na legislação. Assim sendo:

A Política Nacional de Educação Especial passou a orientar o processo de integração instrucional, que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos típicos. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não reformulou as práticas educacionais, mas manteve a responsabilidade de educação desses alunos, exclusivamente no âmbito da educação especial (CUNHA, 2015, p.37).

A partir das influências citadas acima, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 enfatizou a valorização da educação inclusiva. No seu artigo 59, de acordo com Cunha (2015, p.37) preconiza que

os sistemas de ensino deverão assegurar os recursos necessários para aprendizado escolar e consequente inclusão, o que requer currículos, métodos e técnicas adequadas; recursos e organização; professores especializados e capacitados para inserção do estudante na vida em sociedade, inclusive dando-lhe condições, sempre que possível, à capacitação do trabalho.

Nessa mesma perspectiva de educação inclusiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definem que as instituições de ensino superior devem conter nos currículos, uma formação docente voltada para atenção à diversidade e que contemple conhecimentos específicos acerca dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

É preciso que o professor esteja sempre atento no seu modo de explicar de conteúdos e situações para que os alunos com TEA possam entender, uma vez que os mesmos não entendem palavras de duplo sentido ou metáforas. Dessa forma, toda explicação para o aluno com TEA tende a ser muito bem explicada, para que essa situação não gere nele uma desorganização ou desentendimento (SILVA, 2012, p. 86).

Diante do exposto, é preciso também chamar atenção da sociedade em geral para que se tenha um olhar diferenciado e saibam conviver e aceitar as pessoas com elas realmente são, independente das dificuldades e das deficiências que elas venham a apresentar. A escola precisa ser um lugar de inclusão e interação social, pois nesse espaço que os pais alimentam a esperança do desenvolvimento

multidisciplinar para com seus filhos e com isso tenham uma vida em sociedade, pois a educação move o mundo.

2.4 Práticas pedagógicas com a crianças autistas

Os professores devem traçar estratégias de ensino para trabalhar com seus alunos, com isso é preciso compreender que as atividades pedagógicas não podem ser longas e com muitas informações. Assim, é necessário buscar atividades que tragam concentração, pois além de atrair sua atenção é muito importante na aprendizagem escolar evitando a desordem de informação e pensamentos aleatórios. Os reforços positivos e o incentivo do professor tornam maior o interesse do aluno.

De acordo com Cunha (2015, p.68):

Toda a postura é relevante na estruturação das habilidades linguísticas. Falar de maneira suave, sem pressa e claramente permite o aprendizado natural e descortina os caminhos da comunicação com o mundo exterior. Existe uma diferença crucial entre comunicar e transmitir. A transmissão é passível e interrupção ou ruídos. A comunicação pressupõe uma proposição acabada, uma ação intransitiva, que não precisa de complemento, pois se presume que atingiu o seu fim. Por fim, transmitir não é o mesmo que comunicar.

Levando-se em consideração o comprometimento e ou acometimento do aluno autista algumas intervenções podem ser aplicadas, com o objetivo de adequar e reduzir os comportamentos inapropriados, para ampliar ou possibilitar a “comunicação e a aprendizagem”. Dentre essas intervenções as mais comuns destacam-se: O ABA (Applied Behavioral Analysis) que faz parte do Behaviorismo, no sentido de observar, analisar, explicar e aplicar por associação e assimilação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem.

Na intervenção proposta pela ABA são utilizados conceitos como: estímulo discriminativo, reforço, punição, aprendizagem sem erro, economia de fichas, esquema de reforçamento e análise de contingências (LEAR, 2004).

Segundo Schwartzman (1995), o Método TEACCH (tratamento e Educação para autistas) promove a capacidade de ativar estímulos positivos e readaptar os estímulos negativos em possíveis condutas de adaptação do indivíduo as suas atividades diárias e sociais. O TEACCH com perfil psicoeducacional defende que por meio da organização/ estruturação do ambiente e das tarefas desenvolvidas pelo

aluno é possível desenvolver uma autonomia e maior desempenho nos aspectos educacionais.

Esses métodos, aliados aos citados anteriormente, colaboram para um processo de ensino e aprendizagem de forma mais efetiva. Para compreender esses métodos, Nunes (2003; 2008, apud Mizael; Aiello, 2013, p. 624) define os métodos de CAA como “um conjunto de métodos e técnicas que possibilitam a comunicação a indivíduos sem ou com pouca fala funcional”. Mizael e Aiello (2013, p. 624) destacam que, “atualmente, existe uma diversidade de métodos de CAA”.

Diante das dificuldades de socialização, crianças com TEA têm “pouca curiosidade social e por isso não aprendem a relatar acontecimentos de forma espontânea”. Portanto, por não saberem relatar sobre seus acontecimentos diários, não entendem quando são vítimas de agressões físicas ou verbais, e essa falta de entendimento se dá pela incompreensão de não perceber as intenções das pessoas e suas reais ações (SILVA, 2012, p.22).

Um dos métodos mais utilizados com pessoas com autismo é o Picture Exchange Communication System (Pecs), que “é uma estratégia muito comum utilizada para intermediar a comunicação entre uma pessoa com autismo e um adulto e ela utiliza trocas de figuras, que indiquem ações e pedidos, e para que os resultados sejam satisfatórios com a utilização desse método, algumas fases devem ser respeitadas durante o processo de treino para seu uso, conforme descrito por Bondy e Frost (2001, apud MIZAEI; AIELLO, 2013, p.624)”.

3. ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Os métodos de intervenções dos professores para as crianças com TEA, não podem ser desvinculadas da dimensão afetiva, pois os aspectos afetivos constituem os processos interativos. A medição pedagógica procurou formas de ações com o propósito de promover interação social e participação cultural. E os professores precisarão investir em todas as potencialidades dos seus alunos autistas, para que com isso desenvolvam suas habilidades. Todavia, para uma intervenção pedagógica precoce, é necessário o compromisso de todos na escola, logo é imprescindível que se compreenda que o objetivo principal é possibilitar a essas crianças o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, respeitando seus limites e suas necessidades.

De acordo com as palavras de Cunha (2015), o professor deve manter uma postura frequente ao trabalhar com a criança autista, uma vez que a repetição no trabalho com as habilidades linguísticas e apreensão da atenção para a comunicação, faz-se de grande necessidade, já que a criança tem grande dificuldade em se comunicar de forma prática, precisa e efetiva.

A intervenção pedagógica torna-se de extrema relevância no que tange à distinção do que seja essencial para o aluno autista. A distinção entre comunicação e transmissão de informação. A comunicação se baseia na importância de existir diálogo com começo, meio e fim. Neste sentido, é preciso firmeza ao se comunicar, buscar uma aproximação efetiva e harmoniosa para que essa criança se sinta segura e possa interagir cada vez mais e melhor.

Diante do exposto, compete à Silva (2012), reforçar a ideia contida acima sobre a importância da forma como a criança com autismo precisa ser ensinada no seu cotidiano. Para tanto, o autor diz que a criança com TEA precisa entender e aprender a fazer a leitura do mundo a sua volta, pois, por sofrerem de um “conjunto de sintomas, com alteração em três áreas específicas: a socialização, a linguagem e também a sua comunicação e o comportamento são afetados” (SILVA, 2012, p.60).

Ainda com base na afirmação acima, é relevante ressaltar que a escola que preza pela educação inclusiva, tem consciência da importância de um diagnóstico pedagógico para que se busque ampliar a oferta de materiais que auxiliem o profissional a trabalhar de maneira dinâmica e coerente com o nível de suporte apresentado pela criança com TEA. A criança precisa se sentir segura para começar a confiar no professor e assim, poder iniciar um trabalho cauteloso e diferenciado, uma vez que o período de acomodação do aluno pode durar até três meses, podendo reduzir ou ampliar esse período, o que vai depender da forma e das metodologias utilizadas pelo professor nesse momento de adaptação entre o aluno e o ambiente escolar.

Se comparada a uma criança que não possui nenhum transtorno em relação a uma criança autista dentro da escola, a criança autista, obviamente terá uma gama de dificuldades para se adaptar, pois, um dos fatores que destacam os autistas é, de fato a questão da comunicação e interação. Porém, devido aos níveis de gravidades já expostos na estrutura deste trabalho, não se pode generalizar tais questões pontuais, uma vez que a criança que possui TEA, de acordo com o nível de

suporte que precisa, pode apresentar uma diversidade de conduta e surpreender a todos com seu tempo de acomodação, por exemplo, que pode ser mais curto.

Assim sendo:

As crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem. (GAUDERER, 1984, p.234)

É preciso fazer leituras frequentes em busca de trabalhar a atenção e o entendimento do que está sendo lido pela criança, já que ela não tem aptidão para a concentração. É preciso buscar mecanismos para trabalhar a aprendizagem do autista sem que ele se sinta impotente ou possa duvidar da sua capacidade de aprender como os demais colegas.

Desse modo, isto só acontecerá de fato, quando o professor acolher e perceber o seu alunado como um todo, não apenas de acordo com o que a BNCC diz, mas, suas necessidades, habilidades, hiper-foco e limitações, buscando métodos, estratégias e recursos onde a aprendizagem seja eficaz e significativa, de acordo com a demanda da criança com TEA, para que a aprendizagem de fato aconteça. Deste modo, é preciso que as escolas e seus profissionais estejam em consonância com as necessidades materiais e afetivas para trabalhar com esses alunos. Para tanto,

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

Por fim é fundamental que haja uma parceria entre escola e família para que a criança esteja sempre acolhida e possa desenvolver suas habilidades, comunicar-se com os outros dentro e fora da escola. É de suma relevância que a criança aprenda a distinguir os dois mundos. O que há dentro da escola e o que há no seio familiar.

Portanto a criança autista não costuma interagir, por essa razão necessita ser estimulada dia após dia e visando um cotidiano mais prazeroso para ela, é que o

professor precisa ter um bom contato com a família explicando para ela todas as particularidades e dificuldades pelas quais a criança passa para aceitar mudanças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transtorno do espectro autista (TEA) possui características predominantes, que podem ser notadas ainda na primeira infância, a prática da intervenção pedagógica precoce possibilita um melhor acompanhamento para que a criança possa se desenvolver e se tornar independente. No entanto, a demora do acesso ao diagnóstico da criança autista dificulta o início das intervenções ainda nos primeiros anos de vida, o que pode acarretar prejuízos significativos para o processo de ensino e aprendizagem e de modo geral para sua vida. Alguns comportamentos são similares e aparecem comumente em todas as pessoas com autismo, no entanto, não existe um autista que é igual ao outro, apresentando-se então em três níveis de suporte e necessidades distintas dentro do espectro.

O autismo pode estar ligado à genética, mas não há estudos que comprovem tal fenômeno. No entanto ele se mostra muito mais na seara genética hereditária, do que por causas ambientais, logo, o que de fato se sabe, é que a proporção de pessoas com TEA em função do sexo é de 1 para 4, ou seja, a cada menina autista, quatro meninos têm o transtorno. Porém, nas meninas, o TEA se apresenta mais acometido, com um comprometimento maior em relação aos meninos em termos de limitações e ou dificuldades. A ciência e métodos de ensino utilizados com os alunos autistas no processo de aquisição de habilidades, são práticas baseadas em evidências, e são baseadas nas teorias do comportamento, que visam à inclusão deles no processo de ensino-aprendizagem e não apenas na frequência deles na escola, de modo que se hoje precisamos incluir é porque um dia excluímos e segregamos o que era tido como diferente do habitual.

Dentre as metodologias citadas e revisadas neste estudo foi possível perceber que todas essas se complementam no processo de ensino e aprendizagem com alunos autistas, pois de 70% a 80% dos alunos com TEA não são verbais e requerem todas as metodologias possíveis para uma comunicação mais efetiva. Os métodos Teacch, os métodos de comunicação alternativa ampliada (CAA), aqui destacado o Pecs, foram contemplados neste estudo. E o método de comunicação alternativa ampliada (CAA), que aqui foi representado pelo Picture Exchange Communication

System (Pecs), que proporciona uma alternativa para a comunicação por meio de trocas de cartões com imagens, que descrevem ações e pedidos.

Para a inserção e permanência efetiva do aluno autista em sala de aula, existe uma série de estratégias possíveis, que vão desde a adaptação do curricular, adaptação da sala de aula e das atividades avaliativas até a construção de um PEI (Plano Educacional Individualizado), para atender às necessidades dos alunos de forma satisfatória mediante a sua necessidade individual e com isso de fato incluir, logo que a intervenção pedagógica precoce possibilita ao aluno maior autonomia dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, as práticas educativas para alunos com transtorno do espectro autista se mostram dependentes de formação docente qualitativa, formação continuada, comprometimento e acesso à ferramentas citadas, para que o professor supere as dificuldades limitantes do trabalho docente com alunos autistas em prol de promover meios para uma prática inclusiva e não apenas integradora e oportunizando a esses alunos dentro do espectro qualidade de vida e autonomia, por meio de práticas baseadas em evidências, que facilitam o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

APA. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BLEUGEN. E. **Demencia precoz: el grupo de las esquizofrenias**. Buenos Aires: Paidós, 1911

BÓ, Fernanda Rocha. **Caracterização da linguagem de crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista**. 2019. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciências), Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental, Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, Ribeirão Preto, 2019.

BONDY, A.; FROST, L. **The Picture Exchange Communication System**. Behavior Modification, v. 25, nº 5, p. 725-744, 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. Ed. Brasília: CORDE, 1994.

CHIOTE, F. A. B. **A mediação pedagógica no desenvolvimento do brincar da criança com autismo na Educação Infantil**. Vitória, GESA/UFES. 2015.

CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante. **Autismo, transtornos do espectro do autismo**. In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de; MÓDOLO, Marcelo (Orgs.). *Autismo, linguagem e cognição*. Jundiaí: Paco, 2015

FERREIRA, M. M. **Educação inclusiva: Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental**. Anais... II Encontro Científico e II Simpósio de Educação, Lins, 2009. Disponível em: < <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf>>. <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf>

GAIATO, M.; TEIXEIRA, G. **O rezinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. nVersos: São Paulo, 2018

GAUDERER, C. E. **Autismo** (3ª ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atheneu, 1984

KANNER, L. **Affective disturbances of affective contact**. *Nervous Child*, 2, 1993.

LEAR, K. **Ajude-nos a aprender**. Um programa de treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo autoestabelecido. 2ª ed. Toronto, 2004.

LEBOYER M. **Neuropsicologia e cognições**. In: Mazet P, Lebovici S. *Autismo e psicoses na criança*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995.

MIZAEL, Táhcita Medrado; AIELLO, Ana Lúcia Rossito. **Revisão de estudos sobre o Picture Exchange Communication System (Pecs) para o ensino de linguagem a indivíduos com autismo e outras dificuldades de fala.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 19, nº 4, p. 623-636, out./dez. 2013.

NUNES, D. **Autismo e inclusão: entre realidade e mito.** In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.). *Dimensões pedagógicas nas práticas de inclusão escolar.* v. 2. Marília: Abpee, 2003

NUNES, Daniella Carla Santos. **O pedagogo na educação da criança autista.** Publicado em 07 de fevereiro de 2008

OLIVEIRA, Suely de Lemos Alves; TOMAZ, Edileuza Braz; SILVA, Robson José de Moura. *Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades.* **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 3, 26 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/2/praticas-educativas-para-alunos-com-tea-entre-dificuldades-e-possibilidades>

ORRÚ, silva Ester. **“Trajetórias, avanços e desafios na concepção e educação de educando com autismo”.** In: ORRÚ, Silva (ORG). *Estudantes com necessidades especiais: Singulares e desafios na prática pedagógica inclusiva.* Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SANTOS, A . M. T. dos. **Autismo: desafios na alfabetização e no convívio escolar.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem). Centro de Diferencia em Distúrbios de aprendizagem (CRDA), São Paulo, 2016.

SCHWRAZTMAN, J. S. **Autismo infantil.** São Paulo: Memnon, 1995

SILVA. Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular - Entenda o Autismo,** Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.

STILPEN MV. **Transtorno do Espectro do Autismo.** São Paulo: Phonics Editora; 2017

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A formação docente na perspectiva da inclusão.** In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 2007.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Lidiane da Silva Amaral, acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Amadeus/FAMA, orientada pela Prof. (a) Msc. Carla Daniela Kohn, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso: **O AUTISMO E A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PRECOCE**, atende às normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.

O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, 12/ 06/ 2023.



Assinatura da aluna concluinte